



A nova Igreja Católica, a Igreja de Francisco, vai pondo as pessoas no centro do Evangelho. As instabilidades em diversos pontos do mundo vai pondo os seres humanos no centro das atenções. A própria União Europeia vai alterando suas políticas para dar espaço a que os interesses das populações suplantem os outros interesses instalados. O novo secretário geral da ONU, com sua ética inquebrantável, vai também alterando prioridades. Os diversos governos vão tendo em atenção suas populações um pouco mais que seus preponderantes econômicos. Assim, a pouco e pouco, as gentes irão suplantando as coisas.

Porém, na verdade, as políticas têm em grande atenção as conjunturas, as estatísticas, os quadros macro-econômicos, sujeitando à realidade fria dos números a vida das pessoas. Há cada vez mais um conflito entre 'conditio' e 'condendo', ou seja entre a lei que existe e a lei que devera existir. Porque a realidade muda, e os agentes que operam na realidade conseguem sempre uma adaptação dessa aos interesses que representam, e só há representação de interesses para quem paga por ela.

Temos, então, que no conflito de interesses entre o capital e o trabalho, entre patrões e empregados, ambos soem ter representação muito forte e ativa, para que, na dita concertação social, vejam seus interesses ouvidos e representados, para que tenham voz, e isso tem custos para ambos os lados, pagando o trabalhador uma cota para que seu sindicato exista e possa representa-lo. Gastando algo as empresas para estabelecerem a pressão de seus interesses.

Quem não paga não tem voz. Porém não se pode andar a fazer lobby, porque é disso que se trata, à toda sorte de interesses que se deseje ver atendidos. E não se pode ter essa representação, porque não há organização, não há legitimidade ainda para muitos desses interesses, nem há dinheiro para tal, por isso, esses interesses, grosso modo, são representados, ou devem, ou, menos ainda, deveriam se ver representados pelos agentes políticos institucionalizados para esse fim: os deputados eleitos, que vendo, com a alteração da realidade, determinados interesses postergados, ou malbaratados, ou mesmo subtraídos, devem, ou deveriam, corrigir essas distorções com legislação pertinente que pudesse sanear, ou colmatar o desequilíbrio, desordem ou desvantagem que se conformou, que se apresentou.

Independentemente das tentativas de alguns deputados ou de representações parlamentares, sua força não é suficiente para impor em 'conditio', o 'condendo', muitas vezes já generalizado na sociedade, não só como expectativa, desejo ou generalização do entendimento, mas até mesmo por jurisprudência já firmada em numerosas e sucessivas decisões dos Tribunais, e que, mesmo assim, ainda não obtiveram força suficiente para verem-se convertidas em legislação ordinária, em Lei, porque os interesses instalados têm a força da disponibilidade do dinheiro necessário a verem esses seus interesses atendidos, ou melhor mantidos, ou não alterados, e o vazio legislativo lhes é favorável. O 'status quo' tende sempre a manter-se, como uma necessidade.

A inércia é uma tão poderosa força que joga naquilo que é, sempre à favor daquilo que já está, dificilmente vendo-se subitamente os anseios populares serem atendidos, isso é, dando-se sempre um processo longo e demorado de conquistas retiradas à ferro, e fogo, em dolorosíssimos partos.

E numa análise cuidada temos que a política das coisas se sobrepõe à política das gentes, porque as coisas têm um maior poder. Não falam, é verdade, não se agitam, não vão para as rua, não fazem passeatas, também é verdade, não peroram, não, de forma alguma, mas podem muito, e tudo obtêm. E assim é, porque seu poder reside na universalidade de sua origem! Sua proveniência reside na ambição de tudo e de todos de verem suas comodidades e privilégios atendidos, e essa ambição promulga uma lei acima das leis, que é aquilo que todos desejariam, e desejam, e só é alcançado por alguns, ver como Direito universal.

Assim todos querem ver seu capital remunerado, e ninguém discute isso, aceitando esse princípio, criam distorções de tamanho gigantesco, porque as remunerações podem ser muitas, de diversos e diferentes valores e proporcionalidade muita, e, todos concordarão, quanto maior remuneração, melhor; o que permite ainda mais e maiores distorções, porque em relação direta com volumes de capital e riscos aceites, essa remuneração pode alcançar valores cada vez mais alargados e agressivos, e gerar mais distorções e conflitos. Oprimindo outros valores que lhe disputem os interesses. E o que ninguém deve esquecer é que todos pagamos pelas coisas, estejam elas na nossa posse ou não, porque as coisas, para existirem, têm um custo.

O custo das coisas, que de intrínseco, como soe ser com tudo, tem, entretanto, um custo

secundário e amplo, que é o custo social que todos pagamos, por não haver política que nos defenda da transversalidade das manifestações das coisas como expressão de sua própria verdade superveniente, sejam quais forem, que se verifiquem em sociedade poderia ter parado o texto em <que se verifiquem>, porque só por se verificarem atingem à todos, mas ficava menos compreensível, e exatamente nessa distinção da configuração que se procura dar, como se as coisas não fossem todas nossas, tanto quanto são nossas vidas, é que se manifesta essa distorção, ou talvez porque elas não sejam mesmo.)

Posto que temos que os custos são de todos, ainda que os benefícios sejam só para alguns, o poder das coisas manifesta-se para quem as consegue possuir: assim um bom almoço será sempre de quem o comer, um excelente automóvel será sempre de quem o utilizar, as férias de sonho, será sempre de quem as desfrutar. As coisas estão todas aí, mas só para quem as pode pagar. Também todos concordam com isso, e isso determina a política das coisas.

A política das gentes faz-se com justiça social, o que equivale a dizer: salários justos, produtividade, Estado social, políticas de emprego, transporte e consumo, permitindo habitação, vestuário, alimentação, ensino, e requalificação condignos, políticas essas que se não representassem votos, esse pequeno detalhe que determina muito do que há em democracia, sequer existiriam, porque a abrangência da política das coisas as esmagaria, e justificaria tudo por si mesma, resumindo-se a política das gentes em ter dinheiro, pra quem o tiver. Quem tem dinheiro pode, quem não tem, que o consiga.

Com a ascensão vertiginosa do dinheiro, cada vez mais a política das coisas se substituiu à política das gentes, existindo tal preeminência do dinheiro manifesta nas sociedades (todas), que as gentes quase não existem, permitindo essas violências e incongruências que se configuram em toda ordem, e todas as manifestações filosóficas da ordem no mundo correram a justificar que assim seja, com isso havendo políticas, expressão religiosa, razões preponderantes internacionais, e geo-políticas, normas e ações institucionais, programas de governo, e legislação, para justificar tudo o que é, como é.

A relatividade da política das gentes face da preponderância e evidência da política das coisas, é de tal forma, que a justificação de existência para a mais fraca, é só de que não existem coisas sem gentes. Se assim não fosse. . . Sendo que tudo o mais, tudo aquilo que é desejável, a razão última e necessária para que o mundo exista, as coisas, destarte as

políticas econômicas, a administração pública, a atuação do Estado enquanto manifestação da ordem, as atividades do governo (*), quase todas, excessão feita aos serviços sociais, as atividades dos privados, estão todas e todos, empenhados (têm até mesmo sua existência justificada) em servir às coisas, que é como dizer à gente que possa pagar por elas, e esse pagar equivale a outra coisa, universal e avassaladora, que chamamos dinheiro. Uma manifestação sem rosto e uni-presente, o dinheiro. Assim sendo, a preeminência das coisas sobre as gentes, é em todo lugar.

Como essa situação chegou-se ao ponto de que as pessoas quase não contam, chegou ao ponto de que o mundo, como concebido, é um privilégio para alguns em detrimento da existência de muitos e de suas necessidades e ambições legítimas. As coisas imperam, e com esse império o que mais importa é o que se pode converter em todas as coisas, não direi o vil metal, porque hoje é papel ou plástico, e não é vil, é abjeto, no sentido das distorções que proporciona. E, como as situações foram se invertendo de tal ordem que só as coisas podem, porque elas representam as ambições universais, quem não prefere se transportar de carro particular em lugar de transporte coletivo, por exemplo? ir passar férias na Costa amalfitana, que na casa dos sogros? E nessas ambições das gentes a justificação das coisas.

O agravamento dessas condições, mais a existência visível de uma eminente e incontável presença das gentes como adorno, ou como expressão de justificação das coisas, face a não poderem alcançá-las, sobretudo as coisas que necessitam por imprescindíveis à sua sobrevivência, não mudou a ordem das coisas (sempre as coisas) como não mudou a ordem do mundo, nem se traduziu na legislação necessária, nem o Direito das massas, mas atingiu fortemente as manifestações filosóficas que justificam as coisas serem como são, impregnando a realidade, reflexo do ponderável, de suas avaliações que visam evitar o confronto, por isso comecei esse artigo com a afirmação de que se busca re-centrar as gentes no lugar das coisas. Buscar, não é conseguir. O que se irá passar, só o futuro conhece.

(*) Foi como disse o deputado português Luís Montenegro que seu país ia bem e seus cidadãos iam mal, como se fosse isso possível na prática, essa a distinção teórica entre as coisas e as gentes. Porém está aí na alma do Mundo.

Imagem de uso gratuito (Free-Photo) em Pixabay